



Processo nº 10983.905249/2009-97
Recurso Voluntário
Acórdão nº **1302-005.206 – 1^a Seção de Julgamento / 3^a Câmara / 2^a Turma Ordinária**
Sessão de 09 de fevereiro de 2021
Recorrente J.N.S. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES LTDA
Interessado FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

Ano-calendário: 2003

RECURSO VOLUNTÁRIO. INTEMPESTIVIDADE. NÃO CONHECIMENTO.

Não se conhece de recurso voluntário interposto depois de esgotado o prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão de primeira instância, previsto no art. 33 do Decreto nº 70.235/1972. A alegação de que houve tentativa de entrega tempestiva do recurso, que não teria sido recepcionado por falha nos sistemas eletrônicos, não comprovada por elementos hábeis, não permite afastar a intempestividade.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em não conhecer o recurso voluntário por ser intempestivo, nos termos do relatório e voto do relator.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Tadeu Matosinho Machado – Presidente e Relator

Participaram do presente julgamento os Conselheiros: Paulo Henrique Silva Figueiredo, Gustavo Guimarães da Fonseca, Ricardo Marozzi Gregório, Flávio Machado Vilhena Dias, Andréia Lucia Machado Mourão, Cleucio Santos Nunes, Fabiana Okchstein Kelbert e Luiz Tadeu Matosinho Machado (Presidente).

Relatório

Trata-se de recurso voluntário interposto em face do Acórdão nº 14-60.380, proferido pela 6^a Turma da DRJ/Ribeirão Preto/SP, na sessão de 28 de abril de 2016, por meio do qual julgou parcialmente procedente a manifestação de inconformidade apresentada contra o Despacho Decisório Eletrônico que indeferiu o pedido de compensação de Saldo Negativo do CSLL do ano-calendário 2003.

Em sua manifestação de inconformidade a contribuinte alegou que houve erro de preenchimento das Declarações de Compensação, mas que possui saldo a compensar, o qual demonstrou em sua petição. Além disso, pediu ao final que fossem desconsideradas “*as PER/DCOMP que foram objeto destas compensações pois os créditos foram informados incorretamente e após haver o Despacho Decisório, não podem mais ser retificadas e que analisem as nossas Planilhas Anexas que compõem o saldo correto, e que concretizem assim as nossas compensações, cessando assim a cobrança destes débitos indevidos.*”

A DRJ-RPO reconheceu o erro no preenchimento das parcelas que compunham o crédito pleiteado relacionado ao saldo negativo do ano-calendário 2003 e acolheu a DIPJ retificadora apresentada pela recorrente depois de científica do Despacho Decisório, por meio da qual o saldo negativo apurado e pleiteado originalmente em relação ao ano-calendário 2003 passou de R\$ 215.845,23 para R\$ 111.174,59.

A DRJ confirmou, ainda, a quitação das estimativas mensais de janeiro a março de 2003, por meio de compensação com saldo negativo de CSLL de 2002, já homologada, e reconheceu parcialmente o valor da CSLL retida em 2003 pelas fontes pagadora, com base em informações da DIRF, concluindo pelo reconhecimento de um crédito de saldo negativo de R\$ 111.041,92, conforme demonstrado na seguinte tabela constante do voto:

Descrição	Declarado DIPJ/Retificadora	Acórdão DRJ
CSLL Apurada por Atividade	249.413,08	249.413,08
Estimativas Mensais Pagas/Compensadas	359.613,98	359.613,98
CSLL Retida – Órgãos Públicos	973,69	841,02
CSLL a PAGAR	-111.174,59	-111.041,92

No entanto, com relação ao pleito de desconsiderar as PER/DOMP's apresentadas com vistas à quitação de estimativas de janeiro a junho e parte de julho de 2004 e o reconhecimento dessas compensações, por meio deste processo, não mais com o saldo negativo do ano-calendário 2003, mas sim com saldo negativo remanescente ao ano-calendário 2002, que já teria sido reconhecido, a DRJ indeferiu os pedidos, dada a impossibilidade de efetuar a compensação de crédito não informado em declaração de compensação mediante mero pedido na manifestação de inconformidade e por faltar competência à DRJ para o cancelamento de declarações de compensação.

O acórdão recorrido recebeu a seguinte ementa:

ASSUNTO: NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**Ano-calendário: 2003****SALDO NEGATIVO. CSLL. APURAÇÃO. ANTECIPAÇÕES.**

A apuração do CSLL a Pagar ou de eventuais saldos negativos é efetuada a partir do confronto do imposto devido com as antecipações ocorridas, sejam a título de IRRF, das estimativas pagas e compensadas, além de outras deduções previstas na legislação específica.

Considera-se, na apuração do saldo negativo que dá origem ao direito creditório pleiteado, as parcelas referentes às estimativas, para as quais houve a formalização e apresentação da respectiva Declaração de Compensação, e houve a homologação da compensação assim declarada.

CSLL RETIDA NA FONTE. IRRF. DIRF.

Como se trata de declaração apresentada pelas fontes pagadoras, portanto, por terceiros, as informações constantes das DIRF podem ser utilizadas para a validação de dados informados pelos contribuintes em suas Declarações de Rendimentos, com a condição de que as receitas e os rendimentos sobre os quais incidiu o IRRF tenham sido, obrigatoriamente, oferecidos à tributação.

DECLARAÇÃO DE COMPENSAÇÃO. CANCELAMENTO. ANÁLISE PRIMÁRIA.

Foge à alcada das Delegacias de Julgamento a competência para o cancelamento de Declarações de Compensação.

DIREITO CREDITÓRIO. COMPENSAÇÃO. DCOMP.

Em vista dos dados presentes nos sistemas informatizados da Secretaria da Receita Federal e das razões de fato e de direito apresentados pela interessada, reconhece-se parcialmente o direito creditório em litígio e homologam-se parcialmente as compensações declaradas.

A recorrente foi cientificada da decisão da DRJ em 27/05/2016 (Termo de Ciência, fl. 260), e apresentou recurso voluntário (fls. 269/279) em 15/07/2016 (Termo de Solicitação de Juntada, fl. 268), no qual alega preliminarmente a tempestividade do recurso, *verbis*:

I. DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO

1. Ante ao novo regramento emitido pela Receita Federal, todos os protocolos referentes à processos de pessoa jurídica passaram a serem realizados apenas eletronicamente através de um software de envio de documentos atrelado ao sistema administrado pela Receita Federal.
2. Em que pese a suposta facilidade, o sistema não possui uma automática confirmação do protocolo realizado, restando pendente por dias o recebimento de uma mensagem na caixa postal do e-cac.
3. No presente caso, no dia 27/06/2016 (prazo recursal), o contribuinte efetuou o protocolo pelo e-cac do sócio administrador da empresa, assim como faz regularmente, em outras informações necessárias prestadas à Receita Federal.
4. Ocorre que não se sabe o motivo, mas a presente petição não foi recebida, o que ocasionou a caracterização da situação de devedor para a empresa requerente ao consultar os débitos.

5. Em razão do erro sistêmico apresentado, comprovado pelos conteúdo das telas juntadas em anexo, e diante da tempestividade do protocolo realizado à época, requer que seja recebido o presente recurso e alterado o status de devedor apresentado.

[...]

No mérito, a recorrente reitera a alegação de que cometeu erros no preenchimento da PER/DCOMP, solicitando o cancelamento de parte dos débitos nela confessados, relativos a estimativas mensais do ano-calendário 2004 e o reconhecimento do pedido de compensação desses débitos com o saldo negativo de CSLL, remanescente, relativo ao ano-calendário 2002.

Ao final requereu, *verbis*:

V. PEDIDO

29. Ante o exposto, requer o recebimento e processamento do presente Recurso Voluntário, no sentido de reformar a decisão recorrida, para que sejam homologados os pedidos de compensação relativos às DCOMPs 11743.14790.090804.1.7.03- 5814; 00169.33836.190906.1.7.03-1635; 26606.08823.190906.1.7.09-9362.

É o relatório.

Voto

Conselheiro Luiz Tadeu Matosinho Machado, Relator.

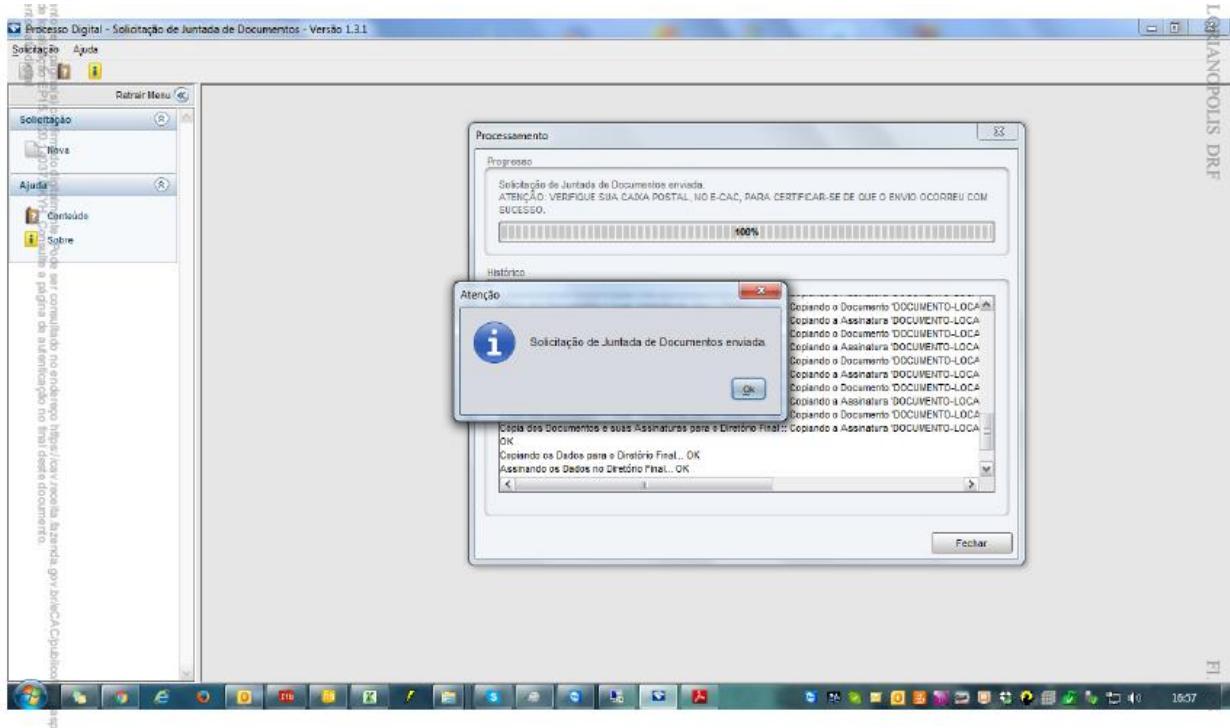
O recurso voluntário, ora objeto de análise, foi interposto depois de transcorrido o prazo legal de trinta dias para sua interposição, nos termos do art. artigo 33 do Decreto nº 70.235/72.

Com efeito, a recorrente foi cientificada do acórdão de primeiro grau em 27/05/2016 e somente solicitou a juntada aos autos do seu recurso em 15/07/2016.

A recorrente alega que efetuou o protocolo do recurso, por meio do *e-cac* do seu sócio administrador em 27/06/2016, mas não sabe por qual motivo a petição não foi recebida, situação somente constatada quando identificou a condição de devedor ao consultar os débitos.

Alega que ocorreu um erro de sistema, que restaria comprovado pelas telas anexadas ao recurso (fls. 355/358), abaixo reproduzidas:

The screenshot shows a computer monitor displaying a web browser window for the eCAC (Centro Virtual de Atendimento) website. The URL in the address bar is <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/Aplicacao.aspx?id=00051&origem=pesquisa>. The page header includes the Brazilian flag, the word "BRASIL", and links for "Acesso à informação", "Participante", "Serviços", "Legislação", and "Canais". A banner at the top displays the titleholder's certificate information: "Titular do Certificado: 75.062.160/0001-80 - J N S EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES;75362160000180" and "Responsável Legal: 070.907.738-49 - SAULO CESAR DE JESUS". The main content area shows a search bar with the placeholder "LOCALIZAR SERVIÇO" and two buttons: "Alterar perfil de acesso" and "Acessar a sua caixa postal". Below this, a section titled "Processos Digitais (e-Processo)" contains a button labeled "Consultar Solicitações de Juntadas de Documentos". A yellow warning box states: "Não existem Solicitações de Juntadas de Documentos associadas a este contribuinte.". Below this, a table lists "Documentos enviados para o órgão" with columns: Documento, Solicitante, Data Solicitação, Situação, Data Situação, Justificativa, and Nº Processo/Procedimento. The table is currently empty. At the bottom of the page, there is a "Cancelar Solicitação de Juntada de Documentos" button. The status bar at the bottom of the browser window shows the date and time as "14/10".



The screenshot shows a web browser displaying the eCAC (Centro Virtual da Receita Federal) website. The URL is https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/Aplicacao.aspx?id=00002&origem=maisacessados. The page header includes the Brazilian flag, the eCAC logo, and links for "BRASIL", "Acesso à Informação", "Participa", "Serviços", "Legislação", and "Canais". The main content area is titled "Situação Fiscal do Contribuinte" and shows the CNPJ 75.362.160. The left sidebar contains navigation links such as "Informações Cadastrais", "Quadro de sócios e administradores", "Diagnóstico Fiscal", "na Receita Federal", "Debitos/Pendências", "Processos Fiscais", "Outras Pendências", "Exigibilidade Suspensa", "Vinculados", and "Gerar Relatório". The right side of the screen displays a table titled "Débitos / Pendências - Processos Fiscais" with the identifier CNPJ 75.362.160/0001-80. The table has two columns: "Processo" and "Situação". The data in the table is as follows:

Processo	Situação	Ação
10983.905.497/2009-38	DEVEDOR-AG, PGTO/RECURSO (CREDITO)	Detalhar
10983.905.498/2009-62	DEVEDOR-AG, PGTO/RECURSO (CREDITO)	Detalhar
10983.905.559/2009-67	DEVEDOR-AG, PGTO/RECURSO (CREDITO)	Detalhar
10983.905.559/2009-10	DEVEDOR-AG, PGTO/RECURSO (CREDITO)	Detalhar
10983.905.560/2009-36	DEVEDOR-AG, PGTO/RECURSO (CREDITO)	Detalhar
10983.905.561/2009-81	DEVEDOR-AG, PGTO/RECURSO (CREDITO)	Detalhar
10983.905.562/2009-25	DEVEDOR-AG, PGTO/RECURSO (CREDITO)	Detalhar
10983.905.563/2009-70	DEVEDOR-AG, PGTO/RECURSO (CREDITO)	Detalhar
10983.905.564/2009-14	DEVEDOR-AG, PGTO/RECURSO (CREDITO)	Detalhar

Excluir	Lidas: 15	Não Lidas: 0	
Remetente	Assunto da Mensagem	Enviada em	Exibição até
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[DCTF] Original Recepionada	09/05/2016	07/12/2016
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[e-Processo] Ciência do Processo/Procedimento nº 10983.905248/2009-42	27/05/2016	-
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[e-Processo] Ciência do Processo/Procedimento nº 10983.905249/2009-97	27/05/2016	-
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[DCTF] Original Recepionada	19/05/2016	16/11/2016
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[DCTF] Original Recepionada	22/04/2016	20/10/2016
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[DCTF] Original Recepionada	17/03/2016	14/09/2016
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[DCTF] Original Recepionada	19/02/2016	18/08/2016
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Vencimento de Certidão	28/01/2016	28/01/2017
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[DCTF] Retificadora Recepionada	21/01/2016	20/07/2016
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[DCTF] Retificadora Recepionada	21/01/2016	20/07/2016
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	[DCTF] Original Recepionada	21/01/2016	20/07/2016
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Vencimento de Certidão Conjunta	28/09/2014	24/06/2029
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Comunica Multa por Atraso na Entrega de Declaração - GFIP Abr 2009	16/04/2014	-
RECEITA FEDERAL DO BRASIL	Atenção: Atualize seu Termo de Opcão pelo Domicílio Tributário Eletrônico (DTE)	20/03/2014	-

Com a devida vênia, não há como extrair das telas de sistema ora reproduzidas qualquer confirmação atinente à suposta solicitação de juntada da petição recursal em 27/06/2016, como alega a recorrente, pois nela não constam as duas informações que seriam essenciais para a comprovação da alegação, quais sejam, a data de acesso ao sistema para envio da petição e a informação de solicitação de juntada da petição recursal ao presente processo.

Destarte, há que se rejeitar a alegação de tempestividade do recurso.

Ante ao exposto, voto no sentido de não conhecer do recurso voluntário interposto.

(documento assinado digitalmente)

Luiz Tadeu Matosinho Machado